

Segunda-feira, 13/02/21

CLASSIFIMAS

MAIS FÁCIL DE ACHAR, VENDER E COM

ODIA **LIGUE E ANUNCIE**
2532-5000

Língua Ambiental, Projeto aprovado na PMS, Parir RS 315.000 anuais (especiosa e frada facilidade), R\$109/ Km.50". Próximas Indústrias, lagoas, eschovelas, Indústrias e garhos, Velhas e chovido/ de mudo. Tel: (21) 2437-8707 / (21) 99653-2156 (whatsapp) - Cj.4967-0. www.segimveis.com.br



SACQUEBIA 13607-0737 Sompán Guerra, TEHRENOIS 450m2 com RGI, Licença Ambiental, Projeto aprovado na PMS, Parir R\$237,09 mensais (pequena empresa facilitada). "R3-106/ km. 50" Próximo pratas, lagoas, cachoeiras, Terreno "Piscinas" Il Indique o Gardehí Velhas, sdiuay/ 4minutos, Tels (21) 33697-0787 / (21) 98515-2156 (WhatsApp). Cj.4967-0. www.segimveis.com.br

Madriça, Acari, Archifeia, Bonissuasa, Escobal, Brta Pich, Cuchambol, Cascadira, Deodoro, Ang. Dantiro, Guastalope, Italk, L. América, Mauquela, Mider, W. Arca, Pavina, Perno, S. Cristóvão, T. Santos, V. Carvelho, Vilaquara e adpaçadist.

ENG. DENTRO R\$500,00 taxas (grat. luz R\$100,00). Aluge para com pia e banheiro para soltar terra ou assal. Outras Localidades. Tel: (11) 97521-6169 / 99415-1033

UNIAO BRASILEIRA DE COMPOSITORES
Assamblea Geral Ordinária Edital de Convocação: Flocan os sócios da União Brasileira de Compositores - UBC convocados para a Assamblea Geral Ordinária que será realizada no próximo dia 16 do mado de 2021, na Rua do Rosário nº 01 - 12º andar, Centro - RJ, às dez horas em primeira convocação e às onze horas em segunda e última convocação, com qualquer número, em obediência aos Artigos 20, parágrafo 1º, 21, 22, letra e) e 26, com a seguinte Ordem do Dia: 1) Discussão e julgamento do Relatório e do Balanço do exercício de 2020; 2) Antonio Cicero - Diretor Superintendente

SUIREDO DE SOUZA
INTRACONST-RIO
para o edital prevista no artigo 579 de CLT. e que os dos integrantes das categorias profissionais em a assembleia geral extraordinária, de março de 2021

LANTENHEIRO V/TESTO De Juntas, com experiência. Bom salário +vantagens. Enviar currículo para: wendell@viva.com.br ou 91338-8338 Tel: 2437-4777 / 3258-9675.

PIRATOR AUTOMOTIVO Com experiência. Bom salário +vantagens. Enviar currículo para: wendell@viva.com.br ou 91338-8338 Tel: 2437-4777 / 3258-9675.



INSTITUTO NACIONAL DE TRAUMATOLOGIA E ORTOPEDIA
MINISTÉRIO DA SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO DO PREGÃO 207
O Pregão do Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia (INTO) torna público o Pregão Eletrônico nº 20/2021, no Rio de Janeiro, RJ, para aquisição de materiais de consumo, com o objetivo de aquisição de medicamentos padronizados (SEVO E OUTROS) - (4 ITENS). O Edital e seus anexos estão à disposição dos interessados nos endereços

DE VENDER
MAIS FÁCIL DE ACHAR
MAIS FÁCIL DE COMPRAR



União Brasileira de Compositores

Reunião de Assembleia Geral Ordinária da União Brasileira de Compositores, realizada em 16 de Março de 2021.

Nome legível	Assinatura
1. Antonio Cicero C Lima	
2. Fabrice Sam e Sre. Fabrice!	
3. PETER STRAUSS	
4. NEY JOSE TUDA DE SOUZA	
5. PAULO PEREIRO VALLE	
6. FRED FALCÃO	
7. ALOYSDIO PACHEIRO REIS	
8.	
9.	
10.	
11.	
12.	

www.ubc.org.br

Rio de Janeiro
Rua Visconde de Inhaúma, 107, Centro
Rio de Janeiro - RJ, Brasil, CEP: 20.091-007
Tel.: (21) 2223-3233 | ubc@ubc.org.br

Bahia. Tel.: (71) 3272-0855 | ubcbahia@ubc.org.br
Goiás. Tel.: (62) 3932-0010 | ubcgo@ubc.org.br
Minas Gerais. Tel.: (31) 3226-9315 | ubcmg@ubc.org.br
Pernambuco. Tel.: (81) 3421-5171 | ubcrecife@ubc.org.br
Rio Grande do Sul. Tel.: (51) 3222-2007 | ubcrs@ubc.org.br
São Paulo. Tel.: (11) 3326-3574 | ubcsp@ubc.org.br

Aos 16 do mês de março de dois mil e vinte um, na sede social, às onze horas, em segunda convocação, em conformidade com o que determina o Estatuto Social, em seus artigos 20, parágrafo 1º; 21, 22, letra a) e 26, foi realizada a Assembleia Geral Ordinária da União Brasileira de Compositores, com a presença dos associados que firmaram o termo acima. Abertos os trabalhos, assumiu a presidência da Assembleia a Sr. Paulo Sergio Kostenbader Valle, Diretor Presidente. Logo após, convidou a Sr. Fábio Geovane, para secretariar a reunião e procedeu à leitura do Edital de Convocação, publicado no Diário Oficial do Rio de Janeiro e O DIA, no dia 01 de março, e no Jornal O DIA, no dia 10 de março de 2020 a seguir transcrito: **"UNIÃO BRASILEIRA DE COMPOSITORES CNPJ 33.576.166/0001-00 - ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA – EDITAL DE CONVOCAÇÃO** Ficam os sócios da União Brasileira de Compositores – UBC convocados para a Assembleia Geral Ordinária que será realizada no próximo dia 16 de março de 2021, na Rua do Rosário, nº 01 – 12º andar, Centro – RJ, às dez horas em primeira convocação e às onze horas em segunda e última convocação, com qualquer número, em obediência aos Artigos 20, parágrafo 1º, 21, 22 letra a) e 26, com a seguinte Ordem do Dia: 1) Discussão e julgamento do Relatório e do Balanço do exercício de 2020. ANTONIO CÍCERO – Diretor Superintendente". Em seguida dando início à ordem do dia, o Diretor Presidente deu início aos trabalhos e fez relato das principais atividades da entidade ao longo do ano, ressaltando a atuação institucional na defesa dos direitos autorais. Em seguida, passou a palavra ao Secretário que fez a leitura dos atos de convocação e informou acerca da natureza e dinâmica da assembleia. Posteriormente, o assessor jurídico Sydney Sanches fez breve relato da atuação jurídica da Entidade nos planos judicial e institucional. Ato contínuo, o Diretor Executivo, Sr. Marcelo Castello Branco informou aos presentes sobre as atividades da Entidade no ano de 2020, destacando os reflexos decorrentes da pandemia do Covid-19 nas atividades da entidade, as ações institucionais realizadas para mitigar os problemas da crise sanitária que alcançou o mundo, como, por exemplo, a ação "Juntos pela Música", bem como o apoio financeiro concedido pela entidade aos seus associados em momento inesperadamente adverso. Mesmo com o flagelo da pandemia, a UBC cumpriu suas metas orçamentárias, preservando sua arrecadação e manteve seu papel protagonista no plano internacional, onde a UBC permanece com reconhecido destaque. Em continuidade, o secretário, que também exerce as atribuições de Gerente de Operações, Sr. Fabio Geovane, fez a apresentação das atividades operacionais, informando acerca dos serviços da entidade e o atendimento ao

quadro social. Em seguida, a Gerente Financeira apresentou o relatório financeiro e Balanço do exercício de 2020, conforme texto em anexo, que faz parte integrante da presente, intitulado Demonstrações Contábeis do Exercício findo em 31 em Dezembro de 2020, auditado pela empresa de auditoria Audilink & Cia Auditores, com os devidos comentários dos auditores. Com registro de 07 (sete) associados presentes e atingido o quórum necessário à deliberação, o relatório dos auditores e o balanço foram submetidos à aprovação e aprovados por unanimidade pela assembleia. Em continuidade, no âmbito das previsões orçamentárias decorrentes do balanço aprovado, a assembleia homologou e aprovou o orçamento para 2021. Por fim, o Diretor Executivo registrou que o exercício findo foi um ano difícil operacionalmente, com impacto nas atividades presenciais da associação, mas, por outro lado, positivo, por força da UBC, com toda adversidade, ter conseguido atingir suas metas e terminar o ano de 2020 de forma superavitária. Nada mais havendo a se considerar, foi encerrada a presente Assembleia, às 12h, tendo o Presidente ordenado à lavratura da Ata, que lida e achada conforme, foi aprovada por unanimidade pelos presentes. Firmam a presente ata o Presidente e o Secretário.

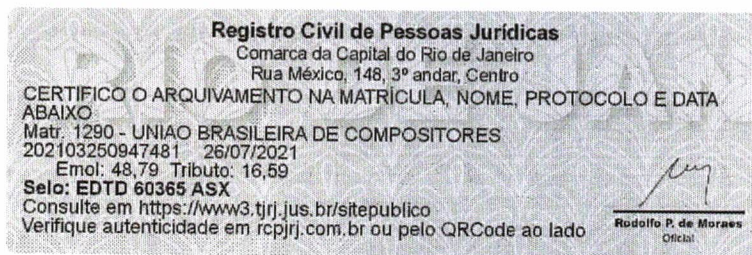
Rio de Janeiro, 16 de março de 2021.


Diretor-Presidente

Paulo Sergio Kostenbader Valle


Secretário da Assembleia

Fábio Geovane



UNIÃO BRASILEIRA DE COMPOSITORES

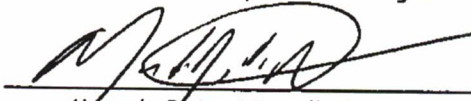
Rio de Janeiro - RJ

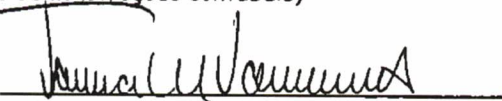
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO

ATIVO

		R\$ Mil	
	Notas	2020	2019
CIRCULANTE		<u>227.220</u>	<u>204.757</u>
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	223.296	201.517
Adiantamento de Direito Autoral		3.388	2.480
Adiantamento a Fornecedores		-	14
Impostos a Recuperar		-	310
Despesas Antecipadas		322	417
Outros Créditos		214	19
NÃO CIRCULANTE		<u>22.139</u>	<u>23.210</u>
Realizável a Longo Prazo		<u>68</u>	<u>65</u>
Depósitos e Caução		68	65
Imobilizado	5	21.451	22.535
Intangível	6	620	610
TOTAL DO ATIVO		<u>249.359</u>	<u>227.967</u>

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)


Marcelo Bastos Castello Branco
Diretor Executivo


Taura Cristina T de Assis
Gerente de Controle Financeiro e Contábil
CRC 071459/O-1

UNIÃO BRASILEIRA DE COMPOSITORES

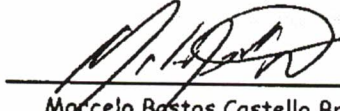
Rio de Janeiro - RJ

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO

PASSIVO

		R\$ Mil	
	Notas	2020	2019
CIRCULANTE		<u>173.657</u>	<u>157.201</u>
Obrigações Fiscais e Sociais a Recolher	7	1.269	1.672
Contas a Pagar		79	178
Provisões de Férias e Outras	3d e 3e	6.143	2.614
Direitos Autorais a Pagar		2.529	4.639
Direitos Arrecadados a Distribuir	8	<u>163.637</u>	<u>148.098</u>
Nacional		37.663	38.604
Exterior		125.974	109.494
NÃO CIRCULANTE		<u>14.141</u>	<u>14.141</u>
Provisão de Honorários Advocatícios	9a	921	921
Provisão Auto de Infração - CIDE	9b	13.220	13.220
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>61.561</u>	<u>56.625</u>
Patrimônio Social		56.625	53.342
Superávit Acumulado		4.936	3.283
TOTAL DO PASSIVO		<u>249.359</u>	<u>227.967</u>

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)


Marcelo Bastos Castello Branco
Diretor Executivo


Taura Cristina T de Assis
Gerente de Controle Financeiro e Contábil


UNIÃO BRASILEIRA DE COMPOSITORES

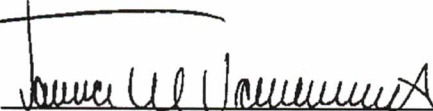
Rio de Janeiro - RJ

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

	Notas	R\$ Mil	
		PERÍODOS DE	
		01/JAN/20 A 31/DEZ/20	01/JAN/19 A 31/DEZ/19
RECEITAS OPERACIONAIS		<u>36.273</u>	<u>30.878</u>
Taxa de Administração		36.269	30.807
Exterior		872	542
Nacional		35.397	30.265
Outras Receitas		4	71
DESPESAS OPERACIONAIS		<u>(35.403)</u>	<u>(34.677)</u>
Pessoal	10a	(20.954)	(18.591)
Administrativas	10b	(8.767)	(11.264)
Remuneração Mínima e Assistência Social	10c	(719)	(404)
Depreciação		(1.608)	(1.568)
Tributárias	10d	(3.355)	(2.850)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>870</u>	<u>(3.799)</u>
RESULTADO FINANCEIRO		<u>4.066</u>	<u>9.951</u>
Receita Financeira	11	5.300	10.126
Despesa Financeira	11	(1.234)	(175)
RESULTADO ANTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E IMPOSTO DE RENDA		<u>4.936</u>	<u>6.152</u>
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E IMPOSTO DE RENDA		<u>-</u>	<u>(2.869)</u>
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO		<u>4.936</u>	<u>3.283</u>

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)


Marcelo Bastos Castello Branco
Diretor Executivo


Tauro Cristina T de Assis
Gerente de Controle Financeiro e Contábil

UNIÃO BRASILEIRA DE COMPOSITORES


Rio de Janeiro - RJ

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em R\$ Mil)

DESCRIÇÃO	PATRIMÔNIO SOCIAL	SUPERÁVIT ACUMULADO	TOTAL
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	49.491	3.851	53.342
Incorporação ao Patrimônio Social	3.851	(3.851)	-
Superávit do exercício	-	3.283	3.283
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	53.342	3.283	56.625
Incorporação ao Patrimônio Social	3.283	(3.283)	-
Superávit do exercício	-	4.936	4.936
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	56.625	4.936	61.561

(As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis)


Marcelo Bastos Castello Branco
Diretor Executivo


Taura Cristina T de Assis
Gerente de Controle Financeiro e Contábil
CRC 071459/O-1


UNIÃO BRASILEIRA DE COMPOSITORES

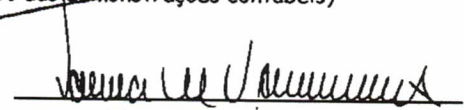
Rio de Janeiro - RJ

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	R\$ Mil	
	PERÍODOS DE	
	01/JAN/20 A 31/DEZ/20	01/JAN/19 A 31/DEZ/19
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superávit do Exercício	<u>4.936</u>	<u>3.283</u>
Ajustes por:		
Depreciação e Amortização	1.608	1.568
Baixa de Bens do Ativo Imobilizado	-	137
Constituições de Provisões	3.529	34
(Aumento)/Redução nas Contas de Adiantamentos	(894)	360
Redução/(Aumento) em Impostos a Recuperar	310	(114)
Aumento nos Outros Ativos	(103)	(53)
(Redução)/Aumento em Contas a Pagar	(99)	36
Redução de Obrigações Fiscais / Sociais	(403)	(60)
(Redução)/Aumento de Direitos Autorais a Pagar	(2.110)	318
Aumento de Direitos Arrecadados a Distribuir	15.539	25.165
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	<u>22.313</u>	<u>30.674</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aquisições de Imobilizado	(498)	(586)
Aplicação no Intangível	(36)	(94)
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Investimentos	<u>(534)</u>	<u>(680)</u>
AUMENTO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>21.779</u>	<u>29.994</u>
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	201.517	171.523
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	223.296	201.517
VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>21.779</u>	<u>29.994</u>

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)


Marcelo Bastos Castello Branco
Diretor Executivo


Taura Cristina T de Assis
Gerente de Controle Financeiro e Contábil
CRC 071459/O-1

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2020.**

Ilmos. Srs.
Administradores e Conselheiros da
UNIÃO BRASILEIRA DE COMPOSITORES
Rio de Janeiro - RJ

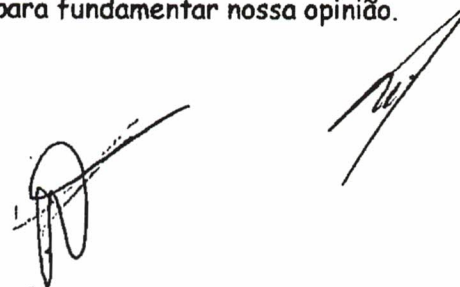
Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **UNIÃO BRASILEIRA DE COMPOSITORES** (Entidade), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **UNIÃO BRASILEIRA DE COMPOSITORES** em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Outros assuntos

Auditoria do período anterior

As demonstrações contábeis correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, apresentadas para fins de comparação, foram examinadas por outro auditor independente que emitiu relatório em 21/fev./20 com opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório Anual, cuja expectativa de recebimento é posterior à data deste relatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório Anual e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório Anual quando ele nos for disponibilizado e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, quando lermos o Relatório Anual, nós concluirmos que há distorção relevante nesse relatório, temos que comunicar a questão aos responsáveis pela administração.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.



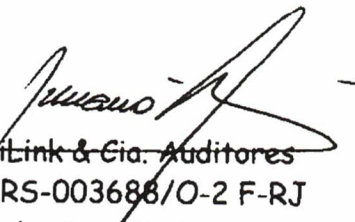
Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria, bem como das constatações de auditoria, inclusive sobre controles internos, que foram esclarecidos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 19 de fevereiro de 2021.




AudiLink & Cia. Auditores
CRC/RS-003688/O-2 F-RJ
Luciano Soria
Contador CRC/RJ 068886/O-9

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

AAA 021073984

Associação dos Notários e Registradores do Estado

UNIÃO BRASILEIRA DE COMPOSITORES

Rio de Janeiro - RJ

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Valores Expressos em R\$ mil)

NOTA 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A UNIÃO BRASILEIRA DE COMPOSITORES foi fundada em 22/jun./42, trata-se de uma sociedade civil de natureza privada, sem fins lucrativos.

Seu objetivo principal é a defesa moral e material dos direitos autorais ou a propriedade artística e literária de seus sócios no Brasil e no exterior, por meio de contratos com entidades nacionais e estrangeiras.

O Escritório Central de Arrecadação e Distribuição - ECAD, instituído pela Lei nº 5.988, de 14/dez./73, é responsável pela arrecadação, inspeção, fiscalização, controle e repasse dos direitos autorais sobre as execuções musicais, ou litero-musicais e fonogramas, nacionais e estrangeiros, às sociedades que o integram. Do total arrecadado, o ECAD destinava até julho/2016 80% aos detentores dos direitos autorais, 6,12% às associações e 13,88% referem-se à sua taxa administrativa. Até agosto/2016 o ECAD destinava 82,50% aos detentores dos direitos autorais, 5,36% às associações e 12,14% à sua taxa administrativa. A partir de agosto/2017 o ECAD passou a destinar 85% aos detentores dos direitos autorais, 5% às associações e 10% à sua taxa de administração, esses percentuais foram modificados por força da Lei 12.853 de 14/ago./13.

A UBC se encarrega da distribuição da receita recebida do ECAD para seus associados, nacionais e estrangeiros.

A taxa administrativa da UBC, além dos 5% líquidos em 31/dez./20 repassados pelo ECAD, conforme citado anteriormente, é também composta por percentual dos direitos arrecadados pelas entidades estrangeiras.



NOTA 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis da entidade foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância aos Pronunciamentos Contábeis, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

O CFC emitiu a resolução 2015/ITG2002(R1) - ITG 2002 - Entidade sem Finalidade de Lucros, que trata de orientações específicas para entidades sem finalidades lucrativas e do terceiro setor, combinada com a NBC TG 26(R5) - Apresentação das Demonstrações Contábeis.

As demonstrações contábeis foram autorizadas pela diretoria para divulgação em 19/fev.21.

NOTA 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Dentre os principais procedimentos adotados para a preparação das demonstrações contábeis, ressaltamos:

a) Caixa e Equivalentes de Caixa

Incluem caixa, depósitos bancários, aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses ativos são mensurados por seu valor justo, e suas variações são reconhecidas no resultado do exercício.

b) Imobilizado

Está demonstrado ao custo de aquisição, ajustado por depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, a taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil e recuperação econômica, fixado por espécie de bens.

c) Intangível

Está demonstrado ao custo de aquisição, ajustado por amortizações acumuladas, quando aplicável, calculadas pelo método linear, a taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil e de recuperação econômica, fixado por espécie de bens.



d) Provisão de Férias

Foi constituída com base nos direitos adquiridos pelos funcionários até a data do balanço, acrescida dos respectivos encargos sociais.

e) Provisão para Desmobilização de Pessoal

Foi constituída com base nos direitos adquiridos pelos funcionários até a data do balanço, acrescida dos respectivos encargos sociais, destinando-se ao custeio de desmobilização de pessoal

f) Receitas e Despesas

As receitas e despesas são reconhecidas nas demonstrações contábeis pelo regime de competência, considerando que o fato gerador da principal receita da sociedade é o efetivo recebimento da distribuição efetuada pelo ECAD, responsável pela arrecadação e distribuição dos direitos autorais, utilizando-se para tal os critérios e procedimentos estabelecidos em regulamentos internos.

g) Provisão p/ Imposto de Renda e Contribuição Social

Por ser constituída e desenvolver suas atividades como entidade de direito privado sem fins lucrativos, prestando exclusivamente os serviços para os quais foi instituída, a entidade, a partir do exercício de 2020, apoiada em parecer de seu assessor jurídico e após a implementação das condições estabelecidas no artigo 12 da Lei nº 9.532/97, passou a exercer a isenção do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro, conforme previsto no artigo 15 do mesmo diploma legal.

NOTA 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

As disponibilidades da entidade não absorvidas nas atividades operacionais ou de investimentos são mantidas em aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez e são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras têm diversos vencimentos, podendo ser resgatadas a qualquer tempo. Os valores aplicados estão acrescidos dos rendimentos até a data do encerramento dos períodos, conforme demonstrado:



APLICAÇÃO	2020	2019
Caixa	9	18
Bancos	72	102
Aplicações Financeiras (Renda Fixa)	<u>223.215</u>	<u>201.397</u>
-Banco Santander S/A	32.688	36.617
-Banco Caixa Econômica Federal S/A	21.934	54.240
-XP Investimentos	101.559	83.353
-Banco Bradesco S/A	1.130	1.107
-Banco Safra S/A	65.904	26.080
TOTAIS	223.296	201.517

NOTA 5. IMOBILIZADO

Está representado conforme demonstrado abaixo:

ITENS	TAXA DE DEPRECIAÇÃO	2020			2019
		CUSTO	DEPRECIAÇÃO ACUMULADA	VALOR LÍQUIDO	VALOR LÍQUIDO
Imóveis	4%	21.250	3.685	17.565	18.256
Instalações	10%	3.974	1.518	2.456	2.840
Móveis e Utensílios	10%	1.217	601	616	716
Máquinas e Equipamentos	10%	94	54	40	60
Equip. de Informática	20%	1.570	847	723	625
Equip. e Linhas Telefônicas	10%	38	10	28	15
Outros	10%	45	22	23	23
TOTAIS		27.188	6.737	21.451	22.535

a) Recuperabilidade de Ativos

De acordo com o pronunciamento CPC 01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo imobilizado que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação são revisados detalhadamente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização.

A Administração da entidade não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de redução ao valor recuperável - "impairment" em 31 de dezembro de 2020.

b) Vida Útil Econômica dos Bens

A administração da entidade entende que, com base em levantamentos e análises internas e na experiência que possui sobre o imobilizado, o seu valor de recuperação é semelhante aos valores contábeis.

NOTA 6. INTANGÍVEL

Está representado conforme demonstrado abaixo:

ITENS	TAXA DE AMORTIZAÇÃO	2020	2019
Software	20%	73	72
Marcas e Patentes		107	98
Projeto Software - FastTrack		440	440
TOTAL		620	610

NOTA 7. OBRIGAÇÕES FISCAIS/SOCIAIS A RECOLHER

As obrigações são identificadas como:

ITENS	2020	2019
INSS	269	310
FGTS	82	77
IRRF	727	960
COFINS	147	260
PIS	30	55
CSLL	-	-
ISS	2	1
Contribuições Retidas	12	9
TOTAL	1.269	1.672

NOTA 8. DIREITOS ARRECADADOS A DISTRIBUIR

Representam os valores recebidos pelo ECAD e do Exterior a serem repassados para os detentores dos direitos autorais.

O pagamento aos autores nacionais é efetuado de imediato, após o recebimento dos recursos.

O pagamento para as sociedades estrangeiras é efetuado após o fechamento do trimestre de arrecadação pelo ECAD.

Os adiantamentos concedidos pelo ECAD são descontados nos fechamentos trimestrais de janeiro, abril, julho e outubro.

NOTA 9. PASSIVO NÃO CIRCULANTE

a) Provisão de Honorários Advocatícios

Trata-se dos honorários de êxito no percentual de 2% (dois por cento), sobre o benefício financeiro obtido, deduzido do honorário pró-labore já recebidos, relativo à ação anulatória objetivando o reconhecimento da não incidência da CIDE-Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico.

b) Provisão Auto de Infração CIDE

Provisão constituída no montante de R\$ 13.220, referente ao valor principal devido no Auto de Infração aplicado pela Receita Federal do Brasil relativo à cobrança da "CIDE-Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico". Atualmente, o débito encontra-se em dívida ativa da União e a administração da entidade, junto a seus assessores jurídicos, recorreu às medidas judiciais cabíveis, a fim de anular a respectiva cobrança do crédito tributário, por julgar totalmente improcedente a cobrança da citada contribuição, em face da natureza de suas atividades operacionais, centralizadas na gestão de direitos autorais.

Em garantia da execução do Auto de Infração da citada ação a entidade ofereceu seu patrimônio imobiliário, com valor envolvido de R\$ 56.287, conforme mencionado no relatório de seus assessores jurídicos, que classifica a ação como perda possível nos termos da NBC TG 25(R2), aprovada pela Resolução CFC nº 1.180/09.

c) Processo CADE

Encontra-se em processo administrativo instaurado no CADE a cobrança de multa no valor de R\$ 586, prognóstico de perda da ação julgada pelos assessores jurídicos da entidade como possível.



NOTA 10. DESPESAS OPERACIONAIS

São representadas conforme demonstrado a seguir:

a). Pessoal

ITENS	2020	2019
Salários e Outras Remunerações a Empregados, Diretoria e Conselho Fiscal	15.155	12.518
Benefícios a Empregados	2.333	2.493
Encargos e Contribuições s/ Salários	3.307	3.473
Outras despesas	159	107
TOTAL	20.954	18.591

b) Administrativas

ITENS	2020	2019
Propaganda e Eventos Sociais	946	1.557
Material de Escritório e Consumo	69	103
Viagens Nacionais e Internacionais	244	1.530
Contribuição Cisac/BIEM/ASCARP	940	820
Honorários Advocatícios	840	873
Despesas c/ Correios	62	132
Provisão Atualização Reserva Exterior	1.758	2.135
Serviços prestados - PJ	1.332	1.255
Impostos e taxas	471	639
Despesas Diversas	2.105	2.220
TOTAL	8.767	11.264

c) Remuneração Mínima e Assistência Social

ITENS	2020	2019
Plano de Remuneração Mínima	176	341
Assistência Social - Medicamentos	29	45
Auxílio Funeral	2	9
Auxílio Viuvez	4	4
Assistência Médica e Dentária	3	5
Doações	505	-
TOTAL	719	404



d) Tributárias

ITENS	2020	2019
PIS S/ Percentual Societário	598	509
COFINS S/ Percentual Societário	2.757	2.341
TOTAL	3.355	2.850

NOTA 11. RESULTADO FINANCEIRO

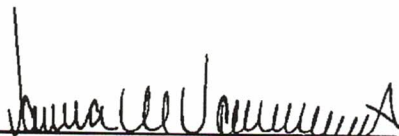
O resultado financeiro é demonstrado como segue:

ITENS	2020	2019
Receitas Financeiras	<u>5.300</u>	<u>10.126</u>
Rendimento s/ Aplicação Financeira	5.265	10.109
Outras Receitas Financeiras	35	17
Despesas Financeiras	<u>(1.234)</u>	<u>(175)</u>
IRRF S/ Rendimentos Aplicação Financeira	(927)	-
Despesas Bancárias	(289)	(163)
Outras Despesas Financeiras	(18)	(12)
RESULTADO FINANCEIRO	4.066	9.951

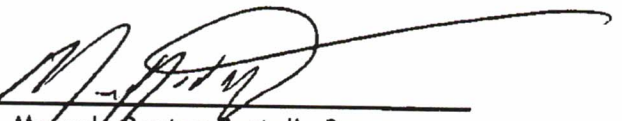
NOTA 12. COVID 19

Confirmamos que em relação a pandemia do COVID 19, que afeta o mundo desde o início de 2020, amplamente divulgado pelos órgãos de saúde e também pela mídia, além dos procedimentos legais previstos na legislação brasileira, durante o exercício de 2020, a entidade não sofreu nenhum fato relevante nas suas operações que pudesse vir a comprometer a operação normal dos seus negócios.

Para o exercício de 2021 a administração da entidade, após a realização das análises pertinentes, espera uma redução nas arrecadações dos direitos autorais e consequente previsão de redução de sua taxa de administração, entretanto, adotará medidas administrativa de forma a reduzir os seus custos, não tendo sido identificado nenhum outro fato considerado como relevante que possa vir a afetar as operações normais da entidade.



Taura Cristina T. de Assis
Gerente de Controle Financeiro e Contábil
CRC 071459/O-1



Marcelo Bastos Castello Branco
Diretor Executivo

UNIÃO BRASILEIRA DE COMPOSITORES


MATRICULA: 1290

CNPJ: 33.576.166-0001/00

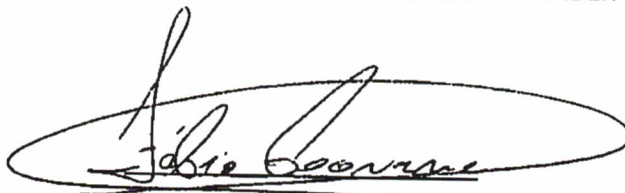
ANEXO da Ata da Assembleia Geral Ordinária realizada em 16 de Março de 2021

- 1 – Balanço Patrimonial 2020/2019
- 2- Relatório de Auditor Independente
- 3- Notas explicativas

Rio de Janeiro, 16 de Março de 2021



Presidente da Assembleia – PAULO SERGIO KOSTENBADER VALLE



Secretário da Assembleia – FABIO GEOVANE

